



MEIO AMBIENTE

STF manda ativar Fundo Amazônia

Corte dá 60 dias. Recursos vinham dos governos da Noruega e da Alemanha e serviam para investimento em programas de proteção do bioma. Repasses, porém, foram suspensos logo no começo do governo Bolsonaro

» TAINÁ ANDRADE

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para que o governo federal tome as providências necessárias para reativar o Fundo Amazônia, em um prazo de 60 dias. Os recursos aplicados serviam para investimentos em programas de preservação do bioma, mas foram contestados logo no começo do governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) sob a alegação de que os dois financiadores — os governos da Noruega e da Alemanha — queriam determinar ao Brasil onde e como aplicar os recursos.

Exceto pelo ministro Nunes Marques, os demais integrantes da Corte seguiram o voto da relatora Rosa Weber. Desde a criação do fundo, em 2008, o depositante majoritário era a Noruega, responsável por 93,8% dos recursos — o da Alemanha tinha uma participação menor, de apenas 5,7%.

A ação, que foi movida por PSB, PSol, PT e Rede, salientava que o governo federal estava deixando de disponibilizar R\$ 1,5 bilhão do fundo, que legalmente deveriam ser destinados para financiar projetos de preservação na Amazônia Legal.

Em seu voto, Rosa Weber observou que os decretos relativos ao fundo feriam a Constituição. Um dos pontos ressaltados pela ministra foi a extinção do comitê técnico e administrativo para o funcionamento do fundo.

“A omissão inconstitucional do Poder Executivo, no que diz respeito ao funcionamento da política pública do Fundo Amazônia, traz consequências em distintas atividades e operações do seu funcionamento”, afirmou a ministra Rosa Weber.

Paralisação

Em abril de 2019, Bolsonaro decretou a extinção de todos os colegiados da administração pública federal, incluindo conselhos, comitês, grupos e fóruns. Um deles foi o Comitê Orientador do Fundo Amazônia (Cofa), composto por representantes da sociedade civil e dos governos federal e estaduais, para

estabelecer critérios para o emprego dos recursos na floresta. A ideia do então ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, era mudar as regras do fundo e a composição do Cofa, oferecendo mais peso aos membros do governo no colegiado.

A época, Salles também acusou as organizações não-governamentais (ONGs) que possuíam projetos em parceria com o fundo de se servirem dos recursos do fundo. Ele apontou que, supostamente, 30 contratos de projetos executados em parceria com o fundo teriam “inconsistências”, com superfaturamento, falta de transparência, falta de licitação e contratos com empresas que não poderiam ter vínculo com o estado — todos os pontos não foram comprovados pelo ex-ministro. Já os dois governos financiadores afirmaram confiar nas entidades que prestavam serviços há pelo menos 10 anos.

No mesmo ano, tanto a Noruega quanto a Alemanha bloquearam as contribuições para o fundo, o que gerou uma série de ataques de Bolsonaro. Em uma delas, o presidente disse que as alemãs deixariam “de comprar a Amazônia à prestação” — dirigindo-se à então chanceler alemã, Angela Merkel. O valor que seria repassado por Berlim era 35 milhões de euros, o equivalente a R\$ 155 milhões pelo dólar de ontem.

Já a Noruega deixou claro que houve uma quebra de contrato por parte do governo brasileiro. “O Brasil quebrou o acordo com a Noruega e a Alemanha desde que suspendeu a diretoria e o comitê técnico do Fundo para a Amazônia. Eles não poderiam ter feito isso sem que a Noruega e a Alemanha concordassem. O que o Brasil fez mostra que eles não querem mais parar o desmatamento”, criticou.

Em entrevista à imprensa, Salles considerou o valor aplicado no fundo “irrisório” e disse que a Amazônia precisava de “soluções capitalistas”. “A Amazônia tem 5 milhões de quilômetros quadrados. Para haver uma política pública que contribua efetivamente para a Amazônia, os recursos devem ser proporcionais”, disse.

AFP



Fundo vinha sendo um importante instrumento para o financiamento de projetos de proteção da Amazônia

Desbloqueio em boa hora

O Fundo Amazônia foi uma das principais ferramentas de financiamento para a diminuição das taxas de desmatamento no Brasil — o que, segundo números oficiais, aconteceu de forma drástica entre 2012 a 2016. Para Beto Mesquita, membro do Grupo Estratégico da Coalizão Brasil e Diretor de Políticas e Relações Institucionais da Bolsa Verde do Rio de Janeiro (BVRio), as doações dos governos da Noruega e da Alemanha são importantes para o Brasil continuar na liderança mundial da preservação do meio ambiente.

“A doação não gratuita, é uma premiação e o reconhecimento dos resultados alcançados na redução do desmatamento entre 2004 e 2012, quando se reduziu 83% do desmatamento”, explicou.

O especialista acredita que a decisão do STF vem em um momento importante na reconstrução das políticas ambientais. “Esse dinheiro foi resultado da drástica redução de desmatamento. Agora que as taxas voltaram a crescer, para fazer essa curva voltar ao patamar que tivemos, vamos precisar de dinheiro. Não dá para contar só com o orçamento público. Esse dinheiro será fundamental para que os governos retomem as ações de fiscalização, restauração, tecnologia e biotecnologia”, avalia.

Alessandra Cardoso, assessora política da organização responsável pelo levantamento, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), lembra que o comitê extinto pelo governo do presidente Jair Bolsonaro

(PL) era essencial para o sucesso do fundo. “Contribui para superar os entraves burocráticos comuns a um sistema financeiro”, ressaltou.

Ela frisa, porém, que nada adiantará se não houver uma política ambiental em funcionamento. “O fundo é só um instrumento de financiamento, de governança. Tem transparência, se mostrou eficaz para o combate ao desmatamento. A política foi paralisada e destruída. Isso é uma evidência de que só o fundo não vai resolver. Tem que ser retomado com uma política de desmatamento muito mais forte porque a perda de controle do Estado sobre as áreas protegidas e as atividades ilegais é reflexo do desmonte da política ambiental”, lamentou. (TA)

HOMOFOBIA

Filha de cantora move ação contra Cássia Kis

A filha da cantora Daniela Mercury e da jornalista Malu Verçosa, Márcia Verçosa de Sá Mercury, entrou com uma representação criminal no Ministério Público contra a atriz Cássia Kis, que faz parte do elenco de *Travessia*, da Rede Globo, por conta de seus comentários homofóbicos feitos durante live com a jornalista Leda Nagle, no último dia 21.

“Não existe mais o homem e a mulher, mas a mulher com mulher e homem com homem, essa ideologia de gênero que já está nas escolas. Eu recebo as imagens inacreditáveis de crianças de seis, sete anos se beijando”, disse Cássia. “O que está por trás disso? Destruir a família. Destruir a vida humana? Porque, onde eu saiba, homem com homem não dá filho, mulher com mulher também não dá filho. Como a gente vai fazer? Se você tem um casal gay é uma coisa, quando eles querem adotar uma criança, mas e quando não tiver mais?”, afirmou a atriz.

A denúncia foi assinada pelo Pedro Martinez, advogado criminalista do escritório Martinez Jorgetto Advocacia e ex-coordenador da Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da seção paulista Ordem dos Advogados do Brasil, e registrada no Ministério Público como pedido de investigação pelo crime de homofobia. De acordo com o código penal, casos de LGBTfobia foram reconhecidos pelo STF a partir de uma aplicação da lei do racismo. Ou seja, enquanto o Congresso não emite uma lei específica para esses casos, todo e qualquer crime contra LGBTfobia responde com a mesma pena e procedimento que casos de racismo, do art. 20.

De acordo com o advogado, a denúncia de Márcia foi direcionada à Coordenadoria de Direitos Humanos de Minorias do Ministério do Rio de Janeiro para informar sobre as falas criminosas da atriz. Solicita, ainda, que o Ministério Público tome as devidas providências.

Manifestações

Nas noites da última quinta-feira, a Rede Globo emitiu uma nota sobre as falas de Cássia. “A Globo tem um firme compromisso com a diversidade e a inclusão e repudia qualquer forma de discriminação”, diz o comunicado.

Nas redes, outras personalidades também escreveram sobre o caso. A apresentadora Xuxa Meneghel disse: “Que decepção. Enquanto existir mundo haverá filhos para serem adotados, pois numa relação de homem e mulher nem sempre uma gravidez é desejada.”

Já a atriz Lúcia Veríssimo publicou no Instagram uma foto na qual ela e Cássia se beijam. “Que sigamos sem hipocrisia e falso moralismo. Tenha certeza de que pais adotivos (não importa o gênero) darão o amor que estar crianças vão precisar, para que se tornem no mínimo pessoas amadas, sem preconceitos, sem discriminação”, salientou Lúcia.

A cantora Ana Vilela também se manifestou. “Acredito que reprodução não seja um problema na nossa sociedade, uma vez que existem, segundo o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), mais de 30 mil crianças em casas de acolhimento só no Brasil. 'Igual não reproduzem', mas adotam e amam esses abandonados. Se informa que está feito”, publicou.

SAÚDE

Vírus respiratórios voltam a avançar

» ISABEL DOURADO*

O mais recente boletim Infogripe, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), alerta que o vírus influenza A representou 24,6% dos casos positivos para vírus respiratórios nas últimas quatro semanas. O percentual é semelhante ao da covid-19, que apresentou queda no mesmo período.

De acordo com o boletim, São Paulo e Distrito Federal são as unidades da Federação que seguem registrando o maior volume de casos positivos para influenza nas últimas semanas. O levantamento tem como base os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica da

Gripe (Sivep-Gripe).

Para o pesquisador da Fiocruz, Marcelo Gomes, o crescimento do vírus pode se estender para outros estados, especialmente por causa de São Paulo e do Distrito Federal, que concentram a maioria dos casos. Ele salienta que por serem regiões com alto fluxo de deslocamento de pessoas de outras partes do Brasil, são vetores para a disseminação do vírus.

“Essa tendência recente serve de alerta para os demais estados do país, em decorrência da importância de ambos no fluxo interestadual de passageiros, especialmente para os grandes centros urbanos através da malha aérea nacional”, explicou o coordenador do

Beto Novaes/EM



Crianças são as principais vítimas das doenças respiratórias

Infogripe, em comunicado. Os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Bahia e Paraná mostraram uma tendência

de alta no número de casos.

Segundo o boletim da Fiocruz, também há uma tendência de alta moderada nos casos

de covid-19 no Brasil, nas tendências de longo e curto prazo. O dado é concentrado fundamentalmente na faixa etária de zero a quatro anos. Entre os casos de influenza A com subtipagem, há predomínio para o H3N2, tal como observado ao final de 2021.

Oito das 27 unidades da Federação apresentaram crescimento moderado na tendência de longo prazo: Alagoas, Amazonas, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Sergipe e São Paulo. Entre as capitais, 13 das 27 apresentaram avanço na tendência de longo prazo até o mesmo período: Aracaju, Belém, Campo Grande, Maceió, Manaus, Natal, Porto Alegre, Recife, Rio Branco, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória. O crescimento moderado está associado principalmente aos casos em crianças e adolescentes.

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi